

# O CRESCIMENTO URBANO DE CAMPO GRANDE IMPULSIONADO PELA EXCLUSÃO SOCIAL - (1981)

Cristóvão Ferreira de Lima<sup>1</sup>  
Maria Augusta de Castilho<sup>2</sup>

## Introdução

A análise dos processos trabalhistas do Tribunal Regional do Trabalho 24ª Região – MS de 1981 salienta a realidade dos trabalhadores sul-mato-grossenses, principalmente nas esferas da construção civil e comércio. A partir das ações movidas pelos trabalhadores contra seus patrões, pode-se testemunhar a realidade do trabalhador por trás do seu ambiente de trabalho, suas condições de vida e moradia.

O objetivo da pesquisa foi identificar o processo histórico de exclusão social de que participou a maioria dos trabalhadores vinculados nos processos analisados, trajetória histórica, a qual foi responsável pela dinâmica de crescimento campo-grandense, refletindo assim, desde a densidade populacional até sua organização espacial e a distância dos bairros mais populares e populosos com o centro mais antigo da cidade.

A metodologia usada foi realizada por meio de leitura de livros e jornais; análise e interpretação de processos históricos (TRT), pesquisa em artigos voltados para a história de Campo Grande, bem como os fenômenos e consequências de seu processo de crescimento e construção.

Foram analisados 60 processos, com os seguintes números: 321/81; 329/81; 322/81; 330/81; 356/81; 336/81; 337/81; 357/81; 358/81; 359/81; 338/81; 332/81; 331/81; 341/81; 347/81; 348/81; 287/81; 286/81; 288/81; 295/81; 294/81; 293/81; 296/81; 297/81; 324/81; 333/81; 339/81; 344/81; 310/81; 306/81; 305/81; 303/81; 304/81; 292/81; 345/81; 346/81; 342/81; 360/81; 291/81; 289/81; 323/81; 351/81; 349/81; 352/81; 353/81; 335/81; 354/81; 355/81; 307/81; 309/81. Destes foram destacados os de número:

---

<sup>1</sup> Acadêmico do 5º semestre do Curso de História. Bolsista de Iniciação Científica/CNPq/UCDB, desenvolvendo atividades de pesquisa no Laboratório de História. E-mail: [cristovaoferreira95@gmail.com](mailto:cristovaoferreira95@gmail.com).

<sup>2</sup> Pós-Doutorado em Linguística. Doutorado em Ciências Sociais - História do Brasil. Professora no Curso de História e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – UCDB. E-mail: [maugusta@ucdb.br](mailto:maugusta@ucdb.br).

341/80; 334/80; 388/80; 277/80; 397/80; 42/81; 43/81; 52/81; 73/81 e 37/81, (10 processos), tornando possível concluir o objetivo da pesquisa. Todos os processos são do TRT - 24ª Região – MS que estão disponíveis no Laboratório de História - Universidade Católica Dom Bosco para a consulta de pesquisadores.

## **1 Análise e interpretação dos processos trabalhistas de 1981.**

Identificou-se que em todos os processos houve casos de conflitos entre empregado e patrão em relação às situações ocorridas nos ambientes de trabalho que resultaram em acordos ou demissões. Nesse caso, o conflito se estendia para o recebimento ou não dos direitos por parte dos empregados. Todos os processos contemplaram casos entre empregados e empregadores.

Nos dez processos destacados ocorreram conflitos entre empresas de construção civil e engenharia com empregados e ex-empregados dessas empresas. No decorrer do processo, foram identificados fatos trazidos pelos trabalhadores (depoimentos e testemunhas) com informações sobre os conflitos. Destaca-se inclusive o endereço de residência dos empregados, assinalando-se que trabalhadores envolvidos nos processos, em sua maioria morarem em regiões periféricas da cidade de Campo Grande.

Constatou-se também que o crescimento urbano de Campo Grande esteve associado à exclusão social pelo fato de algumas dessas empresas de construção e engenharia terem contribuído para a construção de bairros populares e condomínios (1980) em regiões periféricas e distantes do centro de Campo Grande.

Os dez processos destacados com seus números, ano e empresas de construção e engenharia reclamadas são: 37/81 (Construtora Marajá), 73/81 (Spengler Engenharia e Com. LTDA), 43/81 (Construtora Marajá), 42/81 (Construtora Marajá), 52/81 (INCCO – Ind. e Com. Construção LTDA), 397/80 (COBEL – Construtora de Obras de Engenharia LTDA), 277/80 (CIA de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso e CIA de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul), 341/80 (INCCO – Ind. e Com. Construção LTDA), 334/80 (MAPE – Construtora e Comércio LTDA) e 388/80 (ENCO – Engenharia e Comercio LTDA).

Tais processos citados permitiram a sustentação da pesquisa em torno da história do crescimento da cidade de Campo Grande por meio de relatos registrados nos processos citados provenientes dos próprios empregados e ex-empregados ligados a essas empresas reclamadas ou pelo relato de suas testemunhas. Os depoimentos trazem informações sobre as residências dos reclamantes e seus endereços, que estavam localizados em regiões periféricas de Campo Grande e distante do centro da cidade. Com tais informações foi possível refletir sobre as condições de vida desses trabalhadores que se encontravam em situação de conflito trabalhista e de direitos com seus empregadores. A situação de descaso e exclusão no ambiente de trabalho acompanhava esses trabalhadores até suas casas e em outras esferas da sociedade.

A questão da segregação social e urbana com o endereço das residências dos trabalhadores reclamantes ou histórico das construtoras reclamadas e da trajetória histórica da construção e crescimento da cidade de Campo Grande, foi fruto de reflexão por meio do método dedutivo e comparativo em interligar as informações encontradas nos documentos (processos) com a história da cidade, de seu crescimento urbano e suas consequências no âmbito social.

As fontes documentais (os processos) foram ligadas ao tema do artigo ou pelas informações dos trabalhadores reclamantes ou pelo histórico de serviços das empresas de engenharia e construção reclamadas envolvidas nos casos. Dos dez processos destacados para a construção do artigo dois processos ligam-se a temática explorada por meio de pesquisas em relação ao histórico dessas empresas de construção e engenharia, que confirmam o envolvimento das corporações com o crescimento urbano e estrutural de Campo Grande. Os processos são: 397/80 (COBEL – Construtora de Obras de Engenharia LTDA) e o 277/80 (CIA de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso e CIA de Habitação Popular do Estado de Mato Grosso do Sul).

A COBEL construtora de obras de engenharia Ltda patentada em 21 de fevereiro de 1968 construiu um residencial de alvenaria estrutural de blocos de concreto denominado Residencial Vale do Sol II, localizado a rua 14 de Julho, nº 5147. A localização do condomínio, segundo o histórico de crescimento da cidade e sua distância do centro fez com que se pudesse deduzir que sua

construção foi realizada para atender a nova demanda populacional que não pode acompanhar os altos preços imobiliários do centro e custo de vida a partir de 1960.

A CIA. de habitação popular do Mato Grosso foi extinta em 02/04/96 e a CIA. de habitação popular do Mato Grosso do Sul é atualmente a Agência de habitação popular de Mato Grosso do Sul (AGEHAB). A missão desses órgãos públicos consiste na construção de moradias com atenção as classes menos favorecidas da sociedade.

A construção de parques residenciais populares em Campo Grande foi feita em áreas distantes do centro da cidade resultando assim em uma realidade de carência e distância sem infraestrutura urbana nesses bairros populares, os quais foram resididos por pessoas que não puderam encarar a valorização imobiliária da região central.

## **2 Contexto político-social dos séc. XVIII e XIX no Brasil e o sul de Mato Grosso sob a ótica do surgimento de Campo Grande**

O sul de Mato Grosso só começou a oferecer interesse econômico plausível aos portugueses a partir da descoberta de ouro em Cuiabá, uma região onde a população era composta por indígenas e paraguaios oriundos das missões jesuíticas espanholas. (WEINGÄRTNER, 1995). Ainda no séc. XVI a cultura do gado é introduzida no sul da futura província junto com a produção da erva-mate. Nasce então com a cultura Guaicuru (nativa da região) que herdou dos espanhóis os costumes da montaria, assim como o trabalho com gado, atividade a qual foi introduzida também pelos povos ibéricos resultando no surgimento dos primeiros fazendeiros. (IDEM).

A criação da capitania do Mato Grosso em 1748 ocorreu em decorrência das descobertas auríferas em Cuiabá, fato que culminou na homologação do Tratado de Madri, em 1750. (HOLANDA, 1990). Tais fatos desencadearam um expressivo interesse português correlacionado ao sul da província, procurando então os europeus tomar o monopólio da localidade, atitudes estas que culminaram na construção de presídios e fortes. Esses investimentos garantiram o acesso de Cuiabá aos centros políticos e econômicos da colônia,

prevenindo uma possível ameaça espanhola com referência à exploração do ouro. (WEINGÄRTNER, 1995).

A obtenção do ouro na região de Cuiabá desencadeou o movimento que ficou conhecido como bandeiras paulistas e ajudou a devassar o sul da capitania com o objetivo de obter acesso à zona de exploração ao norte.

Weingärtner (1995, s.p.) assinala que:

[...] Entre as rotas fluviais utilizadas por estas bandeiras está a do Rio Pardo. Dois dos afluentes do rio Pardo e que são explorados pelos bandeirantes, no século XVIII, são o Anhanduí-Guaçu e o rio Anhanduí, este último formado pelos córregos Prosa e Segredo. Isto evidencia a presença dos descendentes dos portugueses nos campos, onde mais tarde surge o povoado de Campo Grande.

A decadência da exploração aurífera ao norte da capitania de Mato Grosso, em Minas Gerais e outras regiões extratoras da colônia geraram fragilidade econômica e política. Fatos que provocaram o deslocamento de moradores dessas regiões para o sul da capitania mato-grossense. “Estes novos bandeirantes vêm atraídos pela fertilidade do solo, pela grande quantidade de gado bovino nos campos de Vacaria e Pantanal, e fundam núcleos populacionais ou reativam outros”. (WEINGÄRTNER, 1995, s.p.).

## **2 Campos Grande da Vacaria <sup>3</sup>**

O Brasil e o sul de Mato Grosso presenciaram o fim da Guerra do Paraguai com a morte de Solano López em 1870. O fim da hostilidade intensificou a migração para o sul de Mato Grosso. O conflito iniciado em 1864 trouxe agitações militares ao sul de Mato Grosso, região onde o Brasil também faz fronteira com o Paraguai. Tais agitações e fatos políticos proporcionaram uma melhor exploração e reconhecimento da região conhecida à época como “Campos da Vacaria” ou “Planalto de Maracaju” que se situava também ao sul de Mato Grosso a certa proximidade da região fronteira em conflito. As ações da guerra do Paraguai contribuíram para uma melhor exploração e reconhecimento das áreas dos “campos da serra de Maracaju”, áreas as quais

---

<sup>3</sup> Constatamos que a região aparece denominada de distintas formas, a saber: Campos da Vacaria, Campos de Vacaria, Campos do Vacaria, Campos Grandes do Vacaria, planalto de Vacarias, Campos da serra de Maracaju, planalto e serra de Maracaju.

já eram conhecidas e haviam sido utilizadas pelas rotas das monções ou por mineradores e comerciantes rumo à fazenda Camapuã ou Cuiabá. (PEREIRA, s.d.).

Até a chegada e fixação de José Antônio Pereira na confluência dos córregos, posteriormente denominados “Prosa” e “Segredo”, esta área, da extensa região do então chamado “Campo Grande”, servia apenas como passagem para aqueles que procuravam chegar a Camapuã, e depois continuarem a jornada, em busca do ouro, em Cuiabá; para os que se deslocavam do Sertão dos Garcias (atual município de Paranaíba) rumo à Vacaria; ou para os que, à época da guerra do Paraguai, tangidos pelas investidas dos invasores de nosso território, foram se resguardar nas fazendas situadas a leste do rio Sucuriú. (PEREIRA, s.d.).

Os campos de Vacaria situados ainda mais ao sul de Mato Grosso já se encontravam em processo de apropriação por fazendas, sendo que a região central sul-mato-grossense ainda não havia despertado o interesse daqueles que procuravam por “terras devolutas”. (PEREIRA, s.d.).

Os relatos sinalizam aspectos da história de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e da cidade de Campo Grande, a “imensidão despovoada”, com exceção dos povos indígenas, no sul da capitania de Mato Grosso, com apenas algumas vilas e entrepostos que eram fruto das campanhas monçoeiras ou de atividades comerciais e mineradoras dos principais arraiais subordinados aos domínios portugueses nos séculos. XVIII e XIX.

Congro (1919, p.7) apud Pereira (s.d.) ressalta que:

Em 1872, a quasi dezerta região meridional da então Província de Matto Grosso, comprehendia, apenas, na vastidão dos seus trezentos mil kilometros quadrados, approximadamente, as villas de Miranda, outr’ora presidio do mesmo nome, fundado em 1797, e Sant’Anna do Paranyba, alem das povoações de Nioac e Coxim.

A região entre fronteira com o Paraguai e o rio Paraná era um local de passagem, de “terras avulsas”, terras planas arborizadas e irrigadas, terras que não haviam despertado o interesse de muitos. “Uma légua mais, entramos no Campo Grande. Esta extensa campina constituiu vastíssimo chapadão de mais de cinquenta léguas de extensão, em que raras árvores rompem a monotonia de uma planura sem fim [...]”. (TAUNAY, 1948 apud PEREIRA, s.d.).

### 3 Arraial de Santo Antônio – Campo Grande

No ano de 1872, o mineiro José Antônio Pereira acompanhado de seus filhos e algumas outras pessoas deslocaram-se de Monte Alegre – MG rumo ao sul de Mato Grosso. Penetram a Província pela região de Paranaíba atravessando uma série de rios e córregos até alcançar a serra de Maracaju e seus vastos campos de vacaria. (WEINGÄRTNER, 1995).

Campestrini e Guimarães (2002, p.162) realçam que:

Em 1872 chegava ao Mato Cortado, entre as colinas que abrigam hoje a capital do Estado, o mineiro José Antônio Pereira, que, no ano seguinte, depois de estabelecer a posse, voltou a Monte Alegre (MG) para buscar familiares. Em 1875, de retorno, deu início ao arraial dos Pereiras, embrião da cidade

Ao chegar à região do campo grande José Antônio percebe que não é o primeiro a confraternizar da ideia de se instalar, cultivar e viver na região de vacaria, encontrando assim fixadas as margens do córrego Prosa algumas famílias camapuana que já cultivavam suas roças. Esse fato só confirmou as expectativas em relação à qualidade do solo e clima para se viver, plantar, criar e produzir em geral.

Weingärtner (1995, s.p.) explana que:

A história oral admite que José Antônio Pereira não é o primeiro desbravador a instalar moradia na confluência dos córregos Prosa e Segredo, ela aponta, também, a existência de uma comunidade negra, no Cascudo, hoje Bairro São Francisco, contemporânea a chegada dos primeiros desbravadores descendentes dos portugueses. Entretanto, esta mesma história oral reconhece que José Antônio Pereira, falecido em 1900, influenciou nos primeiros tempos a sistematização da ocupação do povoado. Ele dirigiu e orientou as demarcações das posses, procurando harmonizar os interesses daqueles que pretendiam se fixar no vilarejo.

Aos poucos Campo Grande foi adquirindo peculiaridades de uma vila em espontâneo desenvolvimento. A qualidade do solo, a facilidade para se fixar na terra, a grande disponibilidade de terreno para se instalar fazendas, casas ou plantar eram os principais fatores que atraíam cada vez mais pessoas aos

campos. A posição geográfica de Campo Grande também foi um fator relevante no decorrer em sua história, pois a cidade se situava na divisa das bacias do Paraná com a do Paraguai. Dessa forma, oferecia passagem tanto para o triângulo mineiro quanto para o oeste paulista, sendo um ponto de integração entre o norte da capital Cuiabá com os estados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo assim como a fronteira com o Paraguai. (WEINGÄRTNER, 1995).

O progresso de Campo Grande não demorou em atrair a atenção dos fazendeiros da região dos campos de vacaria e do planalto de Maracaju, tornando assim o arraial em um expressivo local de comércio de gado que contemplava o triângulo mineiro interligando-o com o “planalto de vacarias”.

Assim, teve como principal consequência o crescimento e gradual estruturação da vila, oferecimento de serviços básicos aos moradores. Esse progresso na infraestrutura do povoado ficou marcado na história em decorrência de sua emancipação política como distrito em 1889 e como município em 1899.

Weingärtner (1995, s.p.) esclarece que:

[...] O governo da província de Mato Grosso, através da Lei Provincial nº 792, de 23 de novembro de 1889, a criar no município de Nioaque o distrito de Paz de Campo Grande. E dez anos depois, a Lei n. 225, de 26 de agosto de 1899, eleva Campo Grande à categoria de vila e determina a criação do Município, desanexando-o da comarca de Nioaque. O município, inicialmente, conta com uma área superior a 100 mil km<sup>2</sup>, estendendo-se entre os rios Aquidauana, Brilhante, Ivinhema, Paraná e o Verde, até às suas cabeceiras, compreendendo os municípios de Rio Brilhante, Bataguassu, Ribas do Rio Pardo, Rochedo, Terenos, Sidrolândia, Jaraguari e parte de Camapuã.

#### **4 A ferrovia em Campo Grande**

Em 1890 são aprovadas várias concessões referentes a hidrovias e ferrovias, emitidas pelo governo federal via Comissão de Viação Geral.

Campestrini e Guimarães (2002, p. 194), elucidam que:

Em 1904 foi instalada a Cia. Estrada de Ferro Noroeste do Brasil para implantar e explorar a ferrovia Uberaba – Coxim,



que partindo de Bauru, acompanhando o Tietê, devia atravessar o Paraná perto do porto Tabuado e daí, por Baús, alcançar Cuiabá. Em 1905, começava o trecho Bauru – Itapura, concluído em 1910, depois de enfrentar imensas florestas (hoje devastadas) e os Coroados, índios que procuraram, com todos os meios, impedir o avanço dos trilhos. Em 1908, no governo de Afonso Pena, foi abandonado o projeto Itapura – Cuiabá, optando-se por Itapura – Corumbá. Emílio Schnoor, encarregado de estabelecer o traçado, incluiu nele a cidade de Campo Grande.

De início a estrada de ferro não passaria por Campo Grande como se pode comprovar por meio do relato dos autores (acima citados), pois a intenção era interligar Bauru a Cuiabá passando por Uberaba em Minas Gerais, cruzando por Coxim e assim chegando ao destino. Dois anos antes do término da construção das linhas férreas mudou-se o destino estratégico do trem, transferindo-se de Cuiabá para Corumbá os rumos dos trilhos, incluindo Campo Grande no trajeto como entreposto de ligação entre Bauru e Porto Esperança (1910), em razão de sua proximidade da região por onde passariam os trilhos no planalto de Maracaju.

Ao se pensar no crescimento de Campo Grande é improvável não relacionar o fato com a chegada e construção da ferrovia Noroeste Brasil na cidade, a linha férrea em 1914 inaugurou um novo momento na história campo-grandense, um momento de intercâmbio cultural, comercial e econômico. (WEINGÄRTNER, 1995).

Dentro de todas as transformações ocorridas no município a mais expressiva foi à implantação da ferrovia. Esta foi fruto dos esforços do engenheiro Emílio Schnoor, que influenciou o desvio dos trilhos de Cuiabá para o rio Paraguai sob o pressuposto de interligação entre os oceanos Pacífico e Atlântico. Dessa maneira, impulsionou o crescimento no entreposto urbano e comercial de Campo Grande que estava no intermédio do trajeto entre os dois oceanos, promovendo a ligação férrea entre os dois oceanos. (CAMPO GRANDE 100 ANOS, 1999, p. 42).

Os trilhos da Noroeste do Brasil que acolheram Campo Grande iniciaram transformações urbanísticas que culminariam com o progresso da cidade. Esta consciente dos benefícios econômicos que a ferrovia traria se adaptou de acordo com o traçado da linha férrea recebida pelo município. A ferrovia

alterou, adaptou, melhorou, expandiu e criou melhores condições estruturais urbanas para cidade. (PROGRESSO, 1999, p. 48).

Campo Grande, progressivamente passou a monopolizar as mais expressivas atividades econômicas e políticas do sul do estado. O eixo econômico anteriormente dominado por Cuiabá e Corumbá foi aos poucos perdendo força e importância com o advento da Noroeste do Brasil no estado do Mato Grosso e em Campo Grande. (PROGRESSO, 1999, p. 48).

## **5 A divisão do estado**

Em 1930 a cidade de Campo Grande possuía 12 mil habitantes, contando com setores administrativos estaduais, federais, judiciários e outros.

O comércio local pulsava, havia instituições de ensino e a cidade já contava com infraestrutura de distribuição de energia elétrica e água canalizada para as residências. Os domínios localizados dentro do município contavam também com a interligação por meio de uma rede de estradas que realizavam a movimentação comercial e produtora da cidade relacionando-se sempre com a ferrovia. (WEINGÄRTNER, 1995).

O desenvolvimento econômico e a independência comercial atingida por mediação da influência ferroviária em relação ao eixo do porto de Corumbá com a capital ao norte centralizaram as primeiras discussões sobre a divisão do estado e independência política do sul. Tais mentalidades divisionistas levaram os habitantes de Campo Grande a se integrarem nas movimentações políticas da Revolução de 1930 comandada por Getúlio Vargas, e na Revolução Constitucionalista de 1932, chefiada pelos paulistas em reação ao caráter opressivo do governo Vargas. (WEINGÄRTNER, 1995).

Bertoldo Klinger, comandante da Circunscrição Militar em Mato Grosso e um dos líderes da Revolução Constitucionalista, institui o Estado de Maracaju e nomeia Vespasiano Martins para governador. Este ato eleva Campo Grande à condição de capital político administrativa no novo Estado. A derrota dos constitucionalistas contribui para a extinção do Estado de Maracaju, conseqüentemente, Campo Grande perde o "status" de capital político administrativa. (WEINGÄRTNER, 1995, s. p.)

O sul do estado chegou a possuir um líder constitucionalista diretamente ligado com a questão revolucionária e a divisão do estado chega a ser instituída em Campo Grande em 1932, porém a derrota constitucionalista fracassou como também a intenção divisionista no sul de Mato Grosso.

Em 1934 continuam as investidas separatistas com a criação da Liga Sul-Mato-Grossense que a princípio buscou apoio dos cidadãos para a causa política, recolhendo assinaturas que seriam enviadas ao Congresso Nacional Brasileiro com a intenção de conscientização ampla da causa separatista do sul.

Weingärtner (1995, s.p.) especifica que:

[...] Em 1934, é criada em Campo Grande, a Liga Sul-Mato-Grossense, que inicialmente objetivava angariar apoio dos sul mato-grossenses, para o manifesto que seria encaminhado ao Presidente do Congresso Nacional Constituinte. A Liga coleta 13 mil assinaturas, com isso, ela visava também, sensibilizar o governo federal, particularmente, os Constituintes para que estes ao elaborarem a Nova Constituição, aprovassem a divisão de Mato Grosso.

O governo não homologa a divisão do sul do estado de Mato Grosso, entretanto, os cidadãos campo-grandenses se mantêm na causa por décadas, culminando na divisão do estado em 1977, período do governo militar brasileiro. O presidente da república na época - Ernesto Geisel emitiu e regularizou a lei que assegurava a criação do estado de Mato Grosso do Sul e submete Campo Grande a qualidade de capital. (WEINGÄRTNER, 1995).

## **6 O crescimento e organização espacial de Campo Grande**

A primeira organização territorial da cidade de Campo Grande nos remete ao séc. XIX, quando os primeiros moradores do Arraial organizaram suas propriedades ao longo das margens do córrego Prosa, paralelos a água e possibilitando assim o surgimento de uma rua.

Oliveira Neto (2007, p. 24) descreve que:

[...] A forma de produção espacial da área por onde hoje se estrutura a cidade de Campo Grande restringiu-se à ocupação

de estreita área ao longo da margem direita do córrego Prosa. Nesse período, os ranchos foram construídos num certo alinhamento, um ao lado do outro, tomando feição de uma rua paralela ao curso d'água, no sentido nascente-poente, hoje a rua 26 de Agosto. Isso possibilitou a concentração de um pequeno arraial em uma rua somente.

Os habitantes do Arraial dos Pereiras organizaram sua distribuição espacial de uma maneira diferenciada da habitual trazida pelo colonizadores europeus, que era consequência de uma outra realidade de organização urbana. (OLIVEIRA NETO, 2007).

Segundo análise do alinhamento e posicionamento das moradias, observou-se que Campo Grande seria formado dentro de uma concepção burguesa de organização espacial e urbana, concepção na qual o mais relevante foi o interesse pelo capital em detrimento das necessidades humanas, repercutindo diretamente na construção do espaço urbano.

As concepções oligárquicas e burguesas se chocaram com a chegada da ferrovia, pois a cidade passou a atender as demandas do trem, e se organizar de acordo com a nova dinâmica burguesa que busca o lucro acima de tudo. Assim, necessitava de consumidores, de pessoas com giro de capital, ou seja, fomentava uma concepção “liberal democrática” que contrastava com o cunho exclusivista oligárquico. A cidade passou a se organizar de acordo com o ritmo burguês da movimentação de capital, serviços, produtos e pessoas.

Oliveira Neto (2007, p. 24) retrata que:

Em oposição à concepção oligárquica de produção espacial, as preocupações burguesas concentram-se no transporte, na circulação de mercadorias e de dinheiro e na movimentação de pessoas, buscando viabilizar o aumento da comunicação e do consumo, numa total reformulação do papel das cidades.

A expansão urbana de Campo Grande ocorreu a partir de sua área central, de sentido traçado, idealizado sob influências estrangeiras, disponibilizou caminhos para todos os lados e direções. A partir do centro a cidade cresceu em volta de uma estruturação radial, ou seja, das ligações entre o centro e os bairros periféricos distantes que foram surgindo no contexto contemporâneo de crescimento da cidade. (OLIVEIRA NETO, 2007).

Le Bourlegat (2007, p. 26) infere que:

[...] Campo Grande cresceu como São Paulo, do centro para a periferia e de uma forma estelar, se espalhando. Valorizou áreas ao longo dos grandes corredores de circulação e mais próximas do centro e desvalorizou áreas que ficavam no ângulo desses grandes eixos. Uma série de vazios foi criada, na medida em que ia se expandindo na direção da periferia. Quando foi transformada em capital, estava exatamente nesse ponto de crescimento e era uma cidade monocêntrica, acentuada devido à função de centralidade que Campo Grande exercia dentro do estado. Tudo que estava próximo do centro foi sendo valorizado e a periferia desassistida acabou abrigando a pobreza.

Por volta dos anos 1970 e 1980 Campo Grande cresceu em torno da valorização das áreas de grande fluxo comercial e viário, o centro, estruturando e urbanizando essas áreas para comportar o fluxo econômico e comercial.

Em contrapartida as áreas residenciais que surgiram fora do eixo central da cidade ficaram desprovidas da atenção do poder público e de investimentos em infraestrutura urbanizadora, transformando tais regiões mais distantes do centro em regiões precárias. Por essa razão pode-se identificar a deficiência estrutural, distância do pólo comercial urbano e dificuldades referentes ao acesso se tornaram regiões que passaram a abrigar a população com menor poder aquisitivo, as periferias, termo às vezes mencionado de forma pejorativa.

## **7 Valorização imobiliária e exclusão social associado ao crescimento urbano**

Em 1960 com a construção de Brasília no Centro-Oeste brasileiro trouxeram para a região oportunidades para investimentos e horizontes desenvolvimentistas influenciando assim, na infraestrutura de Campo Grande, perímetro urbano e aumento populacional.

Weingartner (2008, p. 63) clarifica que:

A década de 1960 foi um período de investimentos, planos e programas visando a conferir à região uma importância dentro do cenário urbano brasileiro. A construção de Brasília gerou uma expectativa de desenvolvimento econômico para Campo Grande e região. As perspectivas de desenvolvimento

econômico, e conseqüente incremento da infraestrutura urbana, fizeram com que a cidade experimentasse um crescimento demográfico e uma expansão do territorial sem precedentes. O perímetro urbano foi ampliado três vezes. Os cinco anos que sucederam à inauguração de Brasília, a área parcelada de Campo Grande cresceu cerca de 500 ha/ano.

Após o advento da divisão do estado Campo Grande a malha urbana e viária e se expandiram, porém a densidade populacional não acompanhou tão intensamente o rápido crescimento imobiliário, habitacional e comercial da cidade. Vieira (2007), explica que em 1970, a cidade experimentou o ápice do seu crescimento demográfico, que vinha ocorrendo desde 1950, com uma taxa anual de 7,61%.

O crescimento da cidade de Campo Grande ultrapassou o perímetro urbano contínuo da região central provocando a descontinuidade da malha urbana tradicional e inaugurando uma nova dinâmica de crescimento, o crescimento em direção as estradas para as saídas da cidade.

Weingartner (2008, p. 63) informa que:

O crescimento do território urbano da cidade deixou de ser contínuo ao tecido preexistente, surgiram loteamentos deslocados da malha existente situando-se juntos ou próximos às estradas de acesso a cidade. Parcelamentos como Jardim São Paulo, Vila Guanabara, e o bairro Tiradentes contribuíram para que a cidade passasse a ser permeada por muitos vazios urbanos.

A expansão habitacional se resumiu no alargamento do perímetro urbano impulsionado pela criação de loteamentos norteados por uma alta demanda imobiliária.

Vieira (2007, p. 29) clarifica que:

Ao mesmo tempo em que havia grande oferta de lotes, havia uma parcela da população que não tinha condições de adquirilos e, para atender a essa demanda, na década de 1980, surgiram os conjuntos habitacionais, porém localizados tão distantes da malha existente, alguns fora da área urbana, que contribuíram muito para a “periferização” da cidade e ampliação do seu perímetro. Observo que essa tem sido a dinâmica de crescimento de Campo Grande, a ampliação da sua malha é constante.

A expansão imobiliária consequência da expansão demográfica de 1970 trouxe a exclusão social das pessoas que não puderam financeiramente acompanhar a alta dos preços imobiliários das regiões centrais de Campo Grande. O aumento populacional da cidade e o desenvolvimento comercial gradual da região central transformaram a valorização imobiliária do centro em um processo de segregação social.

Vieira (2007, p. 29) dimensiona que “grandes vazios são características da malha urbana da cidade. Situação causada pela especulação imobiliária e que gera exclusão social”.

A população acabou expandindo o perímetro urbano se deslocando para áreas residenciais criadas distantes do centro da cidade - “periferias” - para atender a demanda desses habitantes os quais não puderam acompanhar as novas realidades do mercado imobiliário. A periferização da cidade impulsionada pela exclusão social da população que não acompanhou a valorização imobiliária central representou a realidade do crescimento urbano campo-grandense. Weingartner (2008, p. 64) lembra ainda que “outro fator importante a observar, é que a distância da região central, a ausência de redes de infraestrutura interferiu diretamente na celeridade de ocupação dos lotes”.

No Mato Grosso, assim como em outras regiões brasileiras, o Estado não abraçava a questão social do combate à pobreza como uma política sólida. Com o desenvolvimento industrial em 1930 e as dilatações urbanas pelo Brasil viu-se crescer também as contradições sociais (BITTAR, 1999).

A situação instável da assistência social no sul de Mato Grosso somada a aspectos econômicos e políticos fez parte dos motivos que engajaram o movimento divisionista. O transcurso divisionista despertou modificações estruturais e conjunturais nos aspectos políticos e econômicos atingindo assim como consequência na esfera social, na qual experimentaram agravantes (BITTAR, 1999).

A migração e imigração para o novo estado e sua capital ampliaram consideravelmente as demandas estruturais de Campo Grande, serviços, abastecimento e moradia. O grande crescimento da população instigado desde os anos 1930 com as novas dinâmicas industriais e aumentado com a divisão do estado trouxe como consequência a especulação imobiliária, a aumento do custo de vida, do desemprego e dos problemas sociais (BITTAR, 1999).

Bittar (1999, p. 242) aborda que:

A realidade socioeconômica de então exigiria, dos governantes da nova capital, a elaboração de políticas sociais voltadas para a criação de novos empregos e condições básicas de moradia para as populações de baixa renda que, expulsas do campo pelo processo de modernização da agricultura, buscavam na cidade a satisfação de suas necessidades imediatas.

O êxodo rural causado pelas modernizações das técnicas e tecnologias de cultivo no campo, também foram responsáveis pelo aumento da população urbana de Campo Grande e inchamento de sua estrutura urbana que resultaram na especulação imobiliária e aumento do custo de vida.

Entre 1970 e 1980 a condição socioeconômica do pequeno produtor rural no Mato Grosso do Sul se agravou consideravelmente em relação ao advento da agricultura mecanizada, sem condições de concorrência, o produtor rural de pequeno porte foi obrigado a vender seu patrimônio e a sobreviver à nova realidade urbana, migrando assim para as cidades. Com tais acontecimentos, no caso de Campo Grande, não foi possível um imediato atendimento desses novos cidadãos em relação a necessidades básicas e assistenciais. A cidade não foi capaz de absorver a nova demanda submetendo os migrantes a uma condição de exclusão social (BITTAR, 1999).

Bittar (1999, p. 244) levanta que:

No final dos anos 70 e início dos anos 80, a Capital Morena assistiu ao “boom” do surgimento das favelas, formadas basicamente de pessoas expulsas da terra por motivos já citados. Sem emprego e sem moradia, a população, oriunda das fazendas do próprio Estado de Mato Grosso do Sul, erguia barracos precários e passava a viver em condições subumanas.

A migração da população rural do estado para Campo Grande contribuiu para o processo de crescimento do perímetro urbano da cidade e ao mesmo tempo foram vítimas do poder público que ao não garantir condições estruturais mínimas para a fixação de novas pessoas na cidade, sem planejar ou preparar a estrutura urbana, aliado a especulação imobiliária das regiões centrais. Tudo isso, gerou o aumento populacional, causou a favelização e exclusão social



dessas pessoas, as quais não puderam acompanhar a nova realidade imobiliária da cidade. Bittar (1999) observa que em Campo Grande, o fenômeno da favelização começou a se intensificar sem que medidas concretas fossem tomadas pelo poder público.

### **Considerações finais**

De acordo com a pesquisa foi possível compreender o processo histórico o qual resultou e influenciou no surgimento, construção e organização urbana e estrutural da cidade de Campo Grande.

A cidade cresceu rapidamente e sua mão de obra também, porém o planejamento urbano para atender uma população em constante expansão foi deixado de lado por parte do poder público em toda a história da cidade de Campo Grande. Tal fato influenciou no traçado urbano da cidade, na localização distante dos principais bairros populares e na densidade populacional da cidade.

Por meio da análise dos processos e de fatos históricos em relação à organização espacial da cidade e os níveis de distribuição de riquezas desiguais entre os bairros campo-grandenses, que a dinâmica de crescimento da cidade foi impulsionada por um caráter oligárquico e pela exclusão social das camadas populares as quais não puderam acompanhar as elevações históricas no custo de vida da cidade e dos valores imobiliários centrais.

### **Referências**

WEINGÄRTNER, Alisolete. ARCA: revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS, n.5, 1995. Disponível em: <[http://www.capital.ms.gov.br/arca/canaisTexto?id\\_can=3553](http://www.capital.ms.gov.br/arca/canaisTexto?id_can=3553)> Acesso em 01/05/15.

PEREIRA, Eurípedes. **História da Fundação de Campo Grande**. Disponível em: < <http://www.campograndems.net/>> Acesso em 01/05/15.

CONGRO, Rosário. **O município de Campo Grande – Estado de Mato Grosso. Publicação Oficial** (p. 07), 1919. apud PEREIRA, Eurípedes. **História da Fundação de Campo Grande**. Disponível em: < <http://www.campograndems.net/>> Acesso em 05/05/15.

TAUNAY, Visconde de. **Viagem de regresso de Mato Grosso à Corte. In: Céus e Terras do Brasil**, p. 85. Edições Melhoramentos, 9ª edição, 1948. Apud PEREIRA, Eurípedes. **História da Fundação de Campo Grande**. Disponível em: < <http://www.campograndems.net/>> Acesso em 05/05/15.

CAMPESTRINI, Hildebrando. GUIMARÃES, Acyr Vaz. **História de Mato Grosso do Sul**. 5ª ed. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul. Campo Grande – MS. 2002.

ERA uma vez... Correio do Estado, Campo Grande, 25/26 ago. 1999, p.42. Caderno Especial – Campo Grande 100 anos.

PROGRESSO chegou. Correio do Estado, Campo Grande, 25/26 ago. 1999, p.48. Caderno Especial – Campo Grande 100 anos.

OLIVEIRA NETO, Antônio Firmino de. **Campo Grande: da vila de uma rua só à metrópole regional**. ARCA: revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS, n.13, p. 24-25, 2007.

LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. **Da era das políticas públicas para as ações políticas compartilhadas**. ARCA: revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS, n.13, p. 26-27, 2007.

VIEIRA, Neila Janes Viana. **Valorização imobiliária e exclusão social ainda prevalecem**. ARCA: revista de divulgação do Arquivo Histórico de Campo Grande – MS, n.13, p. 29, 2007.

BITTAR, Mariluce. **Da promoção à assistência social: Campo Grande na luta pela cidadania.** Campo Grande 100 anos de construção. Matriz editora. Campo Grande – MS. 1999.

WEINGARTNER, Gutemberg dos Santos. **A construção de um sistema: os espaços livres públicos de recreação e de conservação em Campo Grande, MS.** São Paulo, 2008. Disponível em:

< <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-14012010-150527/pt-br.php>> Acesso em: 20/06/15

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções.** 3. ed. ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1990.